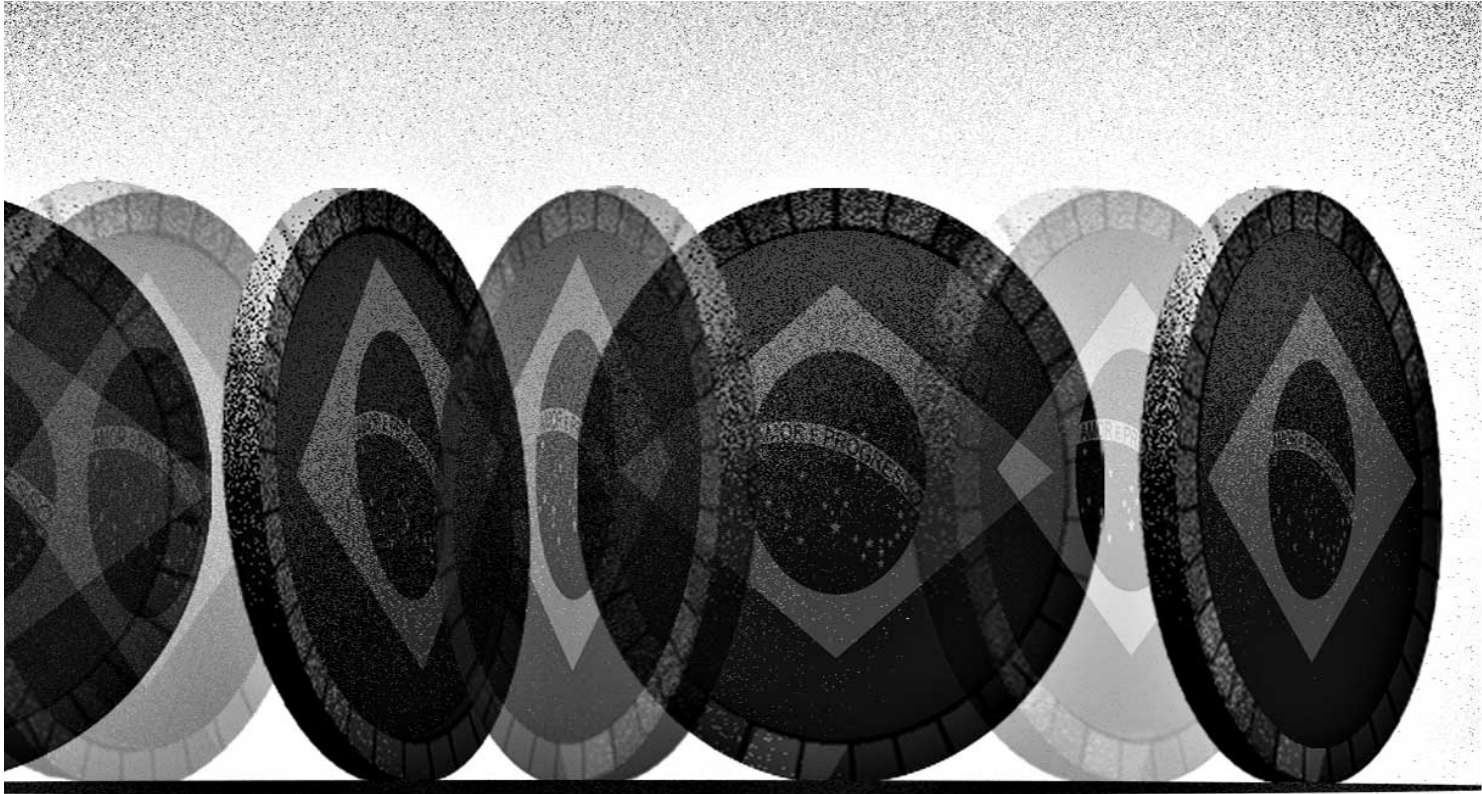


Maurenilson Freire



Eleições e âncora fiscal

» ARMANDO CASTELAR

Professor da FGV Direito Rio e do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador associado do IBRE/FGV

Eleições podem ancorar ou desancorar os preços de ativos, a confiança de empresas e consumidores e os indicadores econômicos em geral. Em 2018, por exemplo, a expectativa de que o novo governo fizesse reformas econômicas amplas, a começar pela da Previdência Social, ajudou o desempenho da economia, apesar da greve dos caminhoneiros, da escalada do dólar e do aperto monetário nos Estados Unidos. O exemplo oposto é a eleição de 2002, quando o receio de ruptura em um governo Lula levou a inflação a 12,5%.

A desancoragem, desta vez, veio antes, com a decisão de enfraquecer o teto de gastos e dar um calote parcial nos precatórios. A mudança na regra do teto, para elevar o seu valor, abalou sua credibilidade. Infelizmente, isso levará a uma piora do desempenho econômico. A tendência é entrarmos em um período de (i) inflação alta, fechando 2021 em 10,5% e 2022 perto de 6%, nos dois casos bem acima da meta; (ii) taxa Selic de dois dígitos, talvez acima de 12% em março; (iii) atividade econômica estagnada, com o PIB per capita caindo em 2022; e (v) desemprego e informalidade elevados.

A taxa de juros mais alta e o crescimento mais lento vão gerar uma dinâmica preocupante para a dívida pública, que subirá à frente do PIB em 2022. Um quadro que se complica com o cenário externo do dólar mais valorizado e taxa de juros americana subindo mais cedo do que se previa.

Difícil acreditar que a classe política não

soubesse disso quando decidiu enfraquecer a regra do teto. É que não considerasse que, como a história ensina, inflação e desemprego elevados não ajudam a popularidade de quem está no poder. Por que então ir por aí?

Há duas possíveis explicações. Uma, que é uma aposta em que o benefício eleitoral das maiores transferências de renda e dos gastos com emendas parlamentares virão na hora certa, enquanto a deterioração econômica só será devidamente constatada após as eleições, quando se divulgarem os resultados do PIB e do emprego. Outra possível razão é que, como apontam alguns analistas, essa estratégia não interessa ao presidente, mas sim ao grupo de parlamentares que dá as cartas no Congresso. Isso, pois estes seriam menos responsabilizados pela deterioração macroeconômica, enquanto, por outro lado, se beneficiariam mais do aumento de gastos.

Em esta hipótese estando correta, há que se reconhecer a chance, não trivial, de piores adicionais na política econômica. Há perigo de interferência na política de preços da Petrobras e nas tarifas do setor elétrico, para limitar a inflação até as eleições. O mesmo com os tributos incidentes sobre alguns bens e serviços. A pressão sobre o BC também será grande, para interferir no câmbio e limitar a alta da taxa Selic, por conta de seus impactos sobre a atividade, mas também para ajudar na narrativa de exagero nas críticas às mudanças no teto de gastos. Novos gastos e furos no teto podem vir.

Apesar disso, em condições normais, as eleições ajudariam a ancorar expectativas, com a visão de que, depois de um 2022 difícil, em 2023 o governo eleito em outubro adotaria medidas duras de ajuste fiscal. Seria a repetição do padrão histórico, de agir quando se chega perto do abismo, aproveitando ser o primeiro ano de governo para, com a credibilidade trazida pelas urnas e a distância de novas eleições, adotar medidas impopulares.

Mas será essa uma expectativa razoável no quadro atual? A perda de controle pelo presidente da agenda congressual, em especial na área econômica, torna improvável que, em um segundo mandato, se retorne à agenda prometida no início do governo. Por outro lado, o candidato líder nas pesquisas já avisou que não irá manter o teto de gastos, promessa que ficou mais fácil de cumprir com a regra sendo flexibilizada pela atual administração.

O fato de as eleições não servirem de âncora, em um quadro já complicado, adicionar um elemento extra de risco, que pesará sobre preços de ativos e outros indicadores econômicos. Esse efeito tende a ficar mais claro a partir do segundo trimestre, quando o debate eleitoral ganhará força. O único cenário positivo é se algum dos candidatos com chance de se eleger comece a dar confiança de que, se eleito, buscará restabelecer alguma âncora fiscal crível, que limite a expansão da dívida pública. Ou seja, uma mudança de discurso ou a ascensão de um novo candidato identificado com propostas nessa linha.

Marcílio Marques Moreira, uma voz lúcida aos 90 anos

» PEDRO LUIZ RODRIGUES

Jornalista e diplomata. Assessorou Marcílio em seu relacionamento com a imprensa na Embaixada em Washington e no Ministério da Economia

Marcílio Marques Moreira completa hoje 90 anos de uma vida muito ativa. Krónos, felizmente, tem-lhe sido benfazejo, mantendo-lhe aguçada a curiosidade e preciso o intelecto, sempre a buscar soluções para os complexos problemas que afligem o Brasil e o mundo. E, em casa, o equilíbrio, proporcionado pelas atenções e o carinho de Maria Luíza e das filhas.

Conheço Marcílio desde meus tempos no *Jornal do Brasil*, há 50 anos. Aprendi que se há coisa que mais abomina, será a insensatez, aquela a que se refere Barbara Tuchman, quando indaga das razões que levam governantes a tomarem decisões que resultarão prejudiciais a si mesmos e às sociedades que governam.

Os episódios analisados por Tuchman, em seu livro *A Marcha da Insensatez*, mostram, observará Marcílio, “o quanto líderes e povos podem desviar-se para caminhos que os arrastarão à própria ruína, embora existam alternativas viáveis a tomar, e vozes suficientemente lúcidas para avisá-los dos perigos iminentes”.

Marcílio tem procurado ser uma dessas vozes desde 1967, quando, deixando para trás riquíssimas experiências profissionais e pessoais, na Embaixada em Washington, como assessor de San Tiago Dantas e no BNDE — foi trabalhar com o governador da Guanabara, Negrão de Lima, na Companhia de Desenvolvimento das Comunidades (Codesco) —, que trataria de maneira inovadora a questão das comunidades faveladas: urbanizando-as

sempre que possível (em vez de removê-las inexoravelmente).

Foi nesse momento, escreveu Marcílio, “que tive a aguçada percepção da questão social para a qual me despertara a tia Edith (irmã de sua mãe), que há 40 anos fundara uma obra social, que até hoje (1985) dirige no bairro operário de Vila Maria (SP)”. Foi essa percepção que o fez soltar a voz, dar entrevistas e escrever artigos.

Os planos de Marcílio não prosperariam, porque o governo federal, com a criação da Coordenação de Habitação de Interesse Social do Grande Rio (Chisam), com postura remocionista, acabou por retirar a autonomia (e os recursos) do órgão do governo estadual.

Marcílio promoveu, então, uma guinada em sua vida, e assumiu uma vice-presidência do Unibanco, cujo presidente, Walther Moreira Salles, fora seu embaixador em Washington. Mas a nova função nunca lhe embargaria o cérebro ou a voz.

Em março de 1970, em fase das mais duras do regime militar, escreveria: “Nenhum governo resistiu na história (...) a uma retirada súbita do apoio de todos os seus governados. E, ainda, que “desenvolvimento e segurança aspiram, ambos, a valorização e a potencialização do homem, (sendo) comum surgirem contradições aparentes, a médio ou curto prazo, entre esses dois objetivos imediatos”.

A partir de 1975, ficaria mais contundente: “O que se sente, porém, é que o regime, embora bem-sucedido numa fase, acabou se transformando num passivo oneroso para a

sociedade”. Em 1976: “O liberal, hoje, é considerado com desconfiança, tanto pela esquerda quanto pela direita. Ele é mesmo considerado um homem obsoleto, a quem falta pragmatismo”. Em abril de 1977: “Marcílio pede liberdade sindical”. E em outubro do mesmo ano: “Banqueiro pede abertura, já!” — e isso em seminário organizado pela Fundação Milton Campos, da Arena, partido que apoiava o regime militar!

Nos anos seguintes, Marcílio baterá sistematicamente na mesma tecla, cujo resumo ele mesmo ofereceu: “A exigência que se coloca hoje, no Brasil, de repensar, de reformular e reorientar o arcabouço institucional e político, é essencialmente endógena, não vem de fora para dentro, nem da constatação de um fracasso. O próprio atingimento das metas tornou obsoletas políticas de 15 anos atrás”.

Um dos problemas mais sérios do Brasil, diz-nos Marcílio, é o que San Tiago Dantas chamava de “inatualidade nacional”, a falta de atualidade cultural, científica, tecnológica e política. “Enquanto as coisas acontecem, perdemos tempo discutindo, através do espelho retrovisor, pequenos problemas. (...) Parece que optamos livremente pela discussão dos detalhes, das mesquinhas, e nos esquecemos dos ‘grandes desenhos’, dos objetivos maiores da sociedade.”

Sua capacidade profissional associada à honestidade intelectual e pessoal levou-o a ser embaixador em Washington (em 1986) e a ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, em 1991.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Mais teatro nos bastidores do que no palco

Terminada a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP 26), têm início as primeiras consequências desse encontro. Para aqueles países, onde os governos ainda fazem pouco caso de assuntos dessa natureza, como é o nosso caso, confirmado ainda pela ausência do chefe do Executivo à reunião, é sempre bom lembrar que as consequências são tudo aquilo que vem depois.

Para o Brasil, assolado por um tipo bem particular e predatório de agronegócio e que, no atual governo, vem tendo amplo apoio e funciona como um salva-vidas para a economia estagnada, as novas diretrizes da União Europeia, proibindo a compra de commodities oriundas de áreas desmatadas, representa apenas o primeiro passo para pressionar rebeldes como o país e, especialmente, o governo, para que coloquem um sério limite à expansão desenfreada do agrobusiness sobre as florestas.

Não adianta esperar e fazer carinha de muxoxo. O que se seguirá, com esses boicotes iniciais, podem trazer prejuízos mais significativos para esse setor da economia, movido por interesses que, em alguns casos, vão muito além até do que o Estado pode regular. A União Europeia é um grande mercado para produtos como soja, café, carne bovina, cacau, madeira e óleo de palma, móveis e algumas outras mercadorias.

Não adianta também esconder o avanço do desmatamento e toda a destruição que vem sendo permitida pelo governo em nome da balança comercial. As centenas de satélites enxergam, noite e dia, o que se passa em regiões remotas, registrando, em tempo real, o avanço dessas monoculturas sobre o meio ambiente e o dispersar, displicente e intencional, e das manadas de bovinos sobre a vegetação nativa, numa espécie de avanço da destruição.

O desmonte dos órgãos de fiscalização do meio ambiente e o banimento de multa para os infratores que desmatam e queimam nossas reservas naturais serviram como sinal verde, dado pelo governo, para que os maus produtores rurais — aqueles que não produzem alimentos, mas, sim, lucros para si mesmos — avancem por cima da vegetação nativa sem receio de retaliações oficiais. São, na verdade, todos cúmplices de um mesmo e continuado crime, embora a coragem que demonstrem para destruir o meio ambiente lhes falte na hora de assumir as responsabilidades pelos malfeitos.

O mais incrível é que a União Europeia (UE) pode estar agindo, sim, por meio de um protecionismo comercial, disfarçado de preocupação ambiental. Os produtores de soja e criadores de gado se dizem vítimas de uma situação que eles mesmos criaram e propagam de olho em lucros imediatos e com total desprezo para com as gerações futuras.

É preciso entender que essas medidas contra a destruição do meio ambiente pelos produtores inescrupulosos, não parte apenas de governos dos diversos membros da UE. Parte significativa dessas medidas, restringindo a compra de commodities produzidas em áreas nativas, vem da população desses países e de organizações que mantêm essas sociedades informadas e atualizadas sobre os crimes ambientais que ocorrem em nosso país, com a benção do atual governo.

O consumo sustentável será um marco no século 21. Para isso, será preciso afastar pessoas e práticas que ainda insistem na produção de bens a qualquer custo. A falta de clareza deste governo sobre o que está em jogo no mundo atual e sua alienação sobre os desafios desta nova era podem custar muito ao Brasil, um país mundialmente desacreditado em questões ambientais.

Essa história de que nem o Brasil nem a União Europeia aceitam pressões é conversa para boi dormir. É preciso pousar a lupa em todo tipo de nacionalismo. Os que escondem a verdade e os que se escudam na falsa retórica.

» A frase que foi pronunciada

“Se um homem tiver sua garganta cortada em Paris, é um assassinato. Se 50.000 pessoas são assassinadas no Leste, é uma questão.”

Victor Hugo

Parque Nacional

Bonito ver a alegria de frequentadores se reencontrando nas piscinas da Água Mineral. Sol, amizade, água fria, saúde, lanche comunitário, tudo do que foram privados por quase dois anos.

Consome dor

Reclamações dão conta de cobranças feitas pelo Serasa, que usa os Correios para enviar correspondência com aviso de débito em operadoras de celular ou na Caesb ou na Neoenergia. Dá o prazo para pagar, ameaça sobre uma possível inclusão que será prejudicial na análise de créditos. O interessante é que o telefone colocado à disposição do devedor, da Neoenergia, não funciona. Experimente você também (61) 3316 0196.

» História de Brasília

Estão querendo enganar o professor Hermes Lima, a propósito do reinício das obras em Brasília. E o Iapfesp está à frente, sabotando o plano do governo. (Publicado em 15/2/1962)